



# Juros não resolvem a inflação

Temos de banir do ambiente de negócios a corrupção endêmica, a burocracia estafante, o tamanho do Estado, e reforçar a competitividade da livre iniciativa.

**I**nflação é aumento dos preços na economia pelas emissões de moeda acima da produção de bens e serviços.

André Lara Resende, em ensaio publicado em 13/1/2017, sob o título “Juros e conservadorismo intelectual”, examinando o que ocorreu nos países desenvolvidos desde a crise financeira de 2008, quando os bancos centrais aumentaram a oferta de moeda numa escala nunca vista, disse que o Federal Reserve aumentou as reservas bancárias

de US\$ 50 bilhões para US\$ 3 trilhões, ou seja, multiplicou a base monetária por 60, num período de 10 anos, e a inflação não explodiu nos EUA.

Convivemos com taxas de juros altíssimas com o objetivo de segurar a inflação. Tudo isso parece ser inútil. O autor verifica que o grande vilão é o desequilíbrio fiscal. Inflação elevada com juros na estratosfera é demonstração de que vivemos à beira da dominação fiscal. Dessa forma, o

controle inflacionário depende menos da política monetária e mais do equilíbrio fiscal. Não haverá saída se a União e os estados não conseguirem equilibrar seus orçamentos. Neste sentido, o auxílio aos estados com contrapartidas de venda de ativos e rigor fiscal no orçamento, como quer o ministro da Fazenda, é inteiramente pertinente e não tem “meu pé me dói” (bases eleitorais). A recessão, não os juros, derrubou a inflação. Funcionou a lei da oferta e da procura.

# Inflação elevada com juros na estratosfera é demonstração de que vivemos à beira da dominância fiscal

Isso quer dizer que Temer está certo. Baixemos os juros, mas com o equilíbrio das contas públicas, na União, nos estados e municípios. Para tanto, temos já a Lei de Responsabilidade Fiscal, ultrapassada pelo período petista a partir de 2009 até 2014 (pré-recessão). A dívida pública brasileira não pode ultrapassar 80% do Produto Interno Bruto (PIB), sob pena de descrença nos seus títulos, aqui ou no exterior. Passarão a desconfiar de nossa solvência, o que seria catastrófico.

Mas, e os investimentos? Será preciso aumentar os impostos? Não! Ao contrário. Se não puderem cair, que fiquem onde estão (32% do PIB). A saída está no Artigo 170 da Constituição Federal. Entregar a economia inteira aos particulares. Tudo mesmo: hospitais, universidades, usinas elétricas, estradas, portos, petróleo e gás, sem discriminar o capital estrangeiro, como na Alemanha, EUA e Japão.

O ponto de partida virá de dois lugares: a) das exportações do agronegócio e, b) do programa de logística, concessões e privatizações de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, empresas estatais nacionais e estaduais (por força de acordos de ajuda da União aos estados da Federação).

O Brasil está na sua maior crise econômica e social, por

obra dos “voluntaristas” do PT e seus economistas de meia-pataca, ditos heterodoxos. Não há saída à esquerda, estatismo, socialismo, populismo. A saída está no centro (a direita quer uma ditadura militar). O que resolve no plano político é a democracia e no plano econômico uma dose maciça de capitalismo, incluindo, obviamente, delegações, privatizações e concessões duradouras. Ao governo cabe regular e fiscalizar.

Os lulopetistas acham ruim tudo que seja conservador. Estão errados. Sou democrata superliberal – pois é óbvio o brutal fracasso de todo tipo de socialismo e estatismo, duas pragas do século passado.

Espanta a falta de debate sobre a forma capitalista de produzir – basta ver o agronegócio e a Ambev – entre os partidos de centro-esquerda e centro. Os evangélicos estão voltados a temas morais (aborto, homoafetividade etc.). Os do PSDB em ascender ao poder e o PMDB nele manter-se. O centrão – só mesmo no Brasil – é um aglomerado parlamentar, fruto desse imbecil presidencialismo de coalizão, a ser exterminado numa futura reforma política.

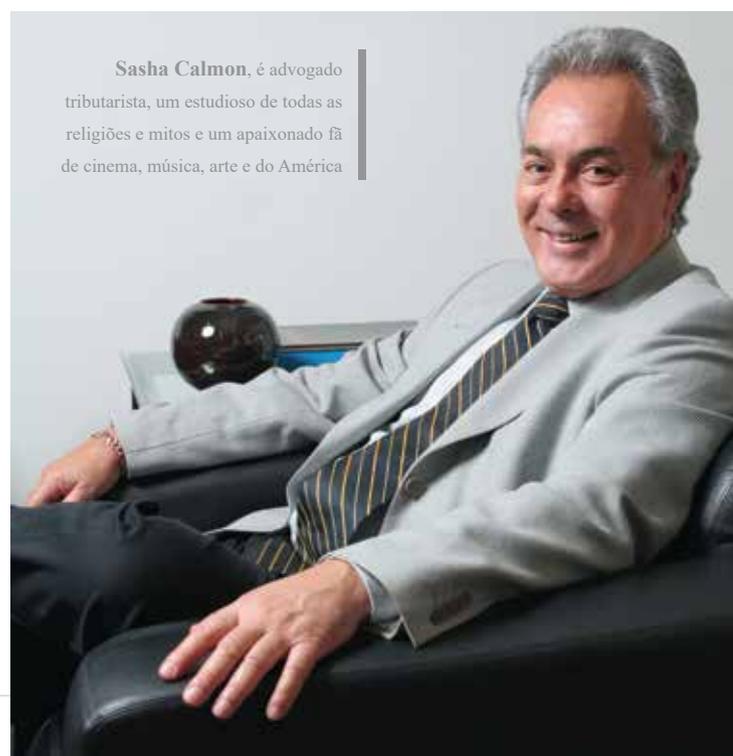
Precisamos trazer ao povo esse debate. É dele que – tomada a opção certa – virão os empregos. De todo modo, juros cadentes e inflação na meta ou abaixo dela irão permitir ao país sólido crescimento. Mas não descuremos de um plano nacional de desestatização, de modo a criar no Brasil um capitalismo competitivo, em vez do capitalismo de compadrio, até hoje vigente.

O Estado grande é a maior fonte de corrupção, pois o que é do Estado não é de ninguém. A



democracia, noiva de sublime beleza, aspira como consorte um regime capitalista moderno e equilibrado, enquanto há tempo para crescer e criar filhos. Mas temos de banir do ambiente de negócios a corrupção endêmica, a burocracia estafante, o tamanho do Estado, e reforçar a competitividade da livre iniciativa.

No plano político, não vejo solução viável para o país se elegermos, em 2018, os mesmos congressistas. Ao contrário, é preciso não os reeleger. Melhor ainda seria dar um jeito de convocar uma Constituinte exclusiva com homens de bem, experts em todas as áreas, para cortar privilégios e distorções. Zerar o país. O lixo político, o Judiciário tribunalício privilegiado, os chefes de Executivo e seus asseclas jamais cortarão na carne ou reformarão o país. Acorda, Brasil. 🇧🇷



Sasha Calmon, é advogado tributarista, um estudioso de todas as religiões e mitos e um apaixonado fã de cinema, música, arte e do América